

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do
6º Período Ordinário da 18ª Legislatura da
Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos seis dias do mês de novembro do ano dois mil e dezenove, no Plenário Lucelindo Farias Tavares da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Joanyr da Rocha Estumano, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Marcelo Augusto Andrade Sarubi, Francisco Azevedo Pereira, Edivaldo Jorge Castro de Souza, Antonio Odinélio Tavares da Silva Junior, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, José Maria Calderaro Filho, Carmela Lucia Teixeira da Costa e Manoel José da Cruz Malcher. Ausentes os vereadores: Rafael Tavares Costa, Marta Monteiro Godinho, Joseane de Oliveira Seixas e Ana Cleyde Tavares Batista Filha, as três últimas com ausências justificadas por se encontrarem devidamente licenciadas. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, convidando o vereador Antonio Odinélio Junior para ocupar a 2ª Secretaria, em virtude do vereador Manoel Malcher ter assumido a 1ª Secretaria, na ausência da titular. Composta a Mesa, o Sr. Presidente solicitou ao 2º Secretário designado, procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente solicitou a 1ª Secretária, procedesse a leitura das matérias agendadas para expediente, da qual constou do seguinte: Requerimento nº 024/2019, do vereador Joanyr Estumano, pede que seja oficiado ao Sr. Prefeito e a Secretaria de Saúde, a realização da borrifação adequada para evitar o surto de malária em caráter de urgência, na comunidade de Cachoeira Porteira; Requerimento nº 025/2019, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, solicitando a construção de um micro sistema de abastecimento de água, na comunidade de Cachoeira Porteira em caráter de urgência; Requerimento nº 026/19, do mesmo vereador, solicitando a realização de uma sessão itinerante na Comunidade Nova Betel – Estrada do BEC, no dia 20 de novembro de 2019; Requerimento nº 031/2019, do vereador Ivalter Barbosa, pede que seja oficiado ao Deputado Federal Cristiano Vale, para que através do órgão competente, envie a esta Casa de Leis, explicações sobre o andamento do Programa Luz para todos do governo Federal; Ofícios nrs. 226 a 233/19, expedidos ao Prefeito Municipal; Ofício circular nº 001/19, expedidos a diversos: Projeto de Lei nº 071/2019, versa Incluir parágrafo único ao artigo 1º, e ao artigo 7º, da Lei Municipal nº 6.116/99, que institui o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Oriximiná; Projeto de Lei nº 072/2019, que Altera a Redação do Artigo 105 da

Lei Orgânica do Município de Oriximiná; Ofício nº 217 e 218/19, recebido do Prefeito Municipal; Ofício nº 874/19, recebido da Promotoria de Justiça de Oriximiná; Ofício nº 001/19, recebido de diversos; Convites recebidos de diversos. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra as Senhoras e aos Senhores vereadores. Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Líderes Partidários. Fez uso da palavra o vereador Zequinha Calderaro, que após saudar os presentes reportou-se sobre a Emenda Parlamentar Impositiva que solicitou do deputado Beto Faro, no valor de 500 mil reais, destinado para aquisição de equipamentos para o hospital São Domingos Sávio, mais houve com a contingência pelo governo federal, somente foi liberado o recurso recentemente, mas segundo informações até janeiro de 2020, os equipamentos vão chegar para o referido hospital. Continuando o nobre vereador falou de outra emenda parlamentar impositiva que solicitou do deputado Beto Faro, para construção da Maternidade Materno Infantil, no que já apresentou uma indicação ao Gestor municipal solicitando a doação de um terreno do patrimônio municipal para tal finalidade. Espera que venha o encaminhamento do Projeto de Lei do Executivo o mais rápido possível. A seguir fez uso da palavra o vereador Raimundo Tomé Wanzeler, reportou-se sobre o encontro de vereadores que participou em Santarém, o Deputado Victor Dias, se manifestou sobre q cota-parte entre os municípios. A ideia é injetar, com dinheiro do ICMS, a economia de municípios que precisam de impulso para se desenvolver. Somente neste ano a estimativa é de que a arrecadação do ICMS no Pará chegue a 3 bilhões, desse valor 75% são distribuídos aos 144 municípios em conformidade com a legislação federal, os outros 25% seguem as leis estaduais. Ressaltou o Edil que no entendimento do deputado Victor Dias o índice está sendo calculado, a partir da apresentação de alguma proposta que determine uma distribuição justa aos municípios. Com isso, municípios pequenos que possuem baixo desenvolvimento humano recebe repasses justos, com valores que atendem suas necessidades para investimentos, isto foi argumentado pelo presidente da comissão de estudo. Acrescentou o Edil que infelizmente os vereadores não podem fazer nada sobre essa situação, mas os deputados estaduais podem. Então se faz necessário que o deputado Ângelo Ferrari, observe as consequências que o nosso município pode ser penalizado na área social. Diante o exposto o nobre vereador solicitou a Mesa Diretora da casa, que seja encaminhado ao deputado Ângelo Ferrari cópia do documento contendo todo assunto tratado naquele encontro para conhecimento do mesmo. Em aparte o vereador Zequinha Calderaro, disse ser viável a preocupação do vereador Raimundo Tomé, até porque o nosso município deve obter graves consequências em relação a mineradora MRN, com isso deve aumentar os problemas em diversas áreas. Portanto o Deputado Ângelo Ferrari, não pode se furtar de defender o nosso município. Sugeriu o Edil que cópia do documento seja encaminhado ao Deputado Dirceu Tem Caten, Carlos Bordalo e a Deputada Gilvanda Faro, para somar forças sobre essa questão. Continuando o vereador Raimundo Tomé, disse que também esteve participando da audiência pública, realizada neste

Poder pela Secretária Municipal de Meio Ambiente, onde foi discutido o problema do lixão e demais questões ambientais do nosso município. Então já existe a esperança de ser removido o lixão o mais rápido possível. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente interrompeu a sessão, para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte do Dia, solicitando ao 1º secretário que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Junhão. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o primeiro requerimento do vereador Joanyr Estumano. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão outro requerimento do mesmo vereador sobre sessão itinerante. Com a palavra o vereador Zequinha disse não ser necessário requerimento de nenhum vereador e sim de uma determinação da Mesa, até porque existe uma resolução que trata das sessões itinerante deste Poder. Ainda se manifestaram os vereadores Quinho e Ludugero Junior. A seguir o autor do pleito retirou de pauta o requerimento. Lido e submetido a discussão outro requerimento do mesmo vereador, solicitando a realização da borrifação adequada para evitar o surto de malária em caráter de urgência, em Cachoeira Porteira. Em aparte o vereador Zequinha, sugeriu que fosse inserido as comunidades da Tapagem, Abuí, Paraná do Abui, Juquirizinha e Juquiri grande, Palhal, Curuçá Mirin, Mãe Cué, Sagrado e Jamarí. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade, com o adendo do vereador Zequinha. Esgotadas as matérias em pauta discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Junhão, disse que recebeu inúmeras reclamações, sobre o atendimento na caixa economia, onde as pessoas passam quatro horas para serem atendidas, o que é considerado uma falta de respeito com a nossa população. Continuando o nobre vereador reportou-se sobre as escavações que estão sendo feitas pela COSANPA, nas vias públicas de nossa cidade, que está causando um transtornos aos nossos municípios, principalmente aos condutores de veículos. Lembrou o Edil que em uma sessão anterior solicitou a Mesa Diretora que oficiasse ao Sr. Helder, gerente local da COSANPA, para vir prestar esclarecimentos sobre o serviços que está sendo executado nas vias públicas de nossa cidade. Com a palavra o vereador Zequinha Calderaro, disse ser válida a preocupação do vereador Junhão a respeito das escavações. Em relação a convocação do gerente local da COSANPA, deve ser através de requerimento por escrito, com determina o regimento interno da Casa. Com a palavra o vereador Manoel Malcher disse que já apresentou requerimento solicitando do Gestor Municipal que determine a paralização da obra da COSANPA, até que sejam recuperadas as vias públicas de nossa cidade. Continuando o orador convidou todos os vereadores e a população em geral para a audiência pública sobre o rebaixamento do linhão, que será realizada neste dia 7 do corrente mês as 19:00 horas no escola técnica. Com a palavra o vereador Raimundo Tomé, reportou-se sobre a demora de atendimento nas

agências bancárias, acrescentando que existe uma lei de sua autoria desde 2002, que determina no máximo trinta minutos a pessoa ficar na fila dos bancos de nossa cidade, mais infelizmente a referida lei não é colocada prática. Continuando o vereador Raimundo Tomé, reportou-se sobre a Lei nº 9.317, de 18 de outubro de 2019, acrescentando que o Projeto de Lei nº 037/19, que originou a referida Lei, por ocasião da tramitação neste Poder, a comissão de economia da qual é presidente e relator do mesmo apresentou uma emenda modificativa, no anexo único do Projeto. Para sua surpresa a lei que foi encaminhada a este Poder, não corresponde com o que foi aprovado neste Parlamento, ou seja, a referida Lei foi adulterada. Diante o exposto o nobre vereador solicitou a Mesa Diretora da Casa, que seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando a correção da referida lei. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário